

REFLEXÕES ACERCA DA SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SALA DE AULA: DO PRISMA DISCURSIVO ATÉ A IMPORTÂNCIA DA LAPIDAÇÃO DESTES TEMA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS.

Rita Marles Gonçalves; Patrícia dos Santos Pereira Henrique; Maria Saúde da Silva Oliveira;
Beatriz Araújo da Silva.

*Universidade Federal de Alagoas - ritamarles@outlook.com; Universidade Federal de Alagoas-
patriciahenrique.ph91@gmail.com; Universidade Federal de Alagoas- sah_oly@hotmail.com; Universidade
Federal de Alagoas – araujobeatriz09@gmail.com*

Resumo

O presente escrito é fruto de uma pesquisa em torno da literatura científica sobre a temática da sexualidade das pessoas com deficiência e o papel da escola frente a essa discussão, dialogando a partir do documento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2011) acerca das pessoas com deficiência e a necessidade de inclusão de estudantes com Necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, seus direitos de acesso e permanência, além da importância de discutir a temática da sexualidade nos espaços educativos, tendo em vista a importância da escola formar os sujeitos para a cidadania. Assim, tivemos como objetivo pesquisar produções na área a partir da Revisão de Literatura Narrativa (UNESP, 2018) Maia e Aranha (2005), Littig et al (2012), Silva et al (2014), Miranda (2015); Marcondes e Silva (2017) de uma reflexão sobre a literatura científica a partir de alguns artigos da plataforma Scielo e Google Acadêmico, além do acervo da biblioteca da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), uma vez que o ponto de partida que fomentou essa pesquisa foram discussões em sala de aula na disciplina Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências I, no ano de 2017. Os resultados apontam que, apesar de existirem produções na área educacional, porém ainda de forma tímida, tanto no acervo virtual quanto na biblioteca da Universidade citada é possível encontrar uma dissertação de mestrado. Essa realidade evidencia uma lacuna histórica de visibilidade dos sujeitos que acaba por reverberar nas produções científicas atuais que discutem acerca desta temática.

Palavras-chave: Sexualidade das pessoas com deficiência, Literatura científica, Escola, Cidadania.

Introdução

Este texto é fruto de uma pesquisa em torno de discussões relacionadas a temática da sexualidade das pessoas com deficiências. A motivação para a realização desta escrita deu-se inicialmente a partir de um trabalho realizado na disciplina de Saberes e Metodologias do Ensino de Ciências 1 do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas-UFAL/Campus do Sertão, localizado no município de Delmiro Gouveia em Alagoas, que discutiu os Temas Transversais que compunham os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento curricular do ano de 1997, tendo em vista o seu potencial interdisciplinar dialógico com a matéria citada. A partir das reflexões que emergiram e foram suscitadas no referido contexto, indagamos a seguinte pergunta: Como a sexualidade das pessoas com deficiência vem sendo enfatizada na literatura científica e o acervo da biblioteca local? Tivemos assim, como objetivo, investigar e discutir como esse assunto é abordado nos

trabalhos que tratam sobre a sexualidade das pessoas com deficiência e sua importância para a escola e formação dos professores como também problematizar o cenário educativo e suas maneiras de perceber - ou não - os sujeitos com necessidades especiais acerca da sua sexualidade como parte de sua vivência.

Abordar a temática da sexualidade das pessoas com deficiências abarca vários elementos históricos, no qual um deles ainda reverbera nos dias atuais: o silenciamento. Atualmente, o avanço com políticas públicas de inclusão e a luta de movimentos sociais organizados possibilitou visibilidades e problematizações mais amplas sobre essa categoria de sujeitos, precisamos entender que há muito o que se falar ainda, uma vez que as pessoas com necessidades especiais têm capacidades e modos de vida singulares assim como qualquer pessoa e que são cidadãos de direitos e deveres como os demais sujeitos sociais.

No Brasil, a partir do documento da Organização das Nações Unidas-ONU, foi aprovado Decreto Legislativo nº 186, 2008 e promulgado no Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009 “[...] nos termos do § 3o do Art. 5o da Constituição Federal, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007”. Esse documento é de suma importância para as pessoas com deficiência, ressaltando e garantindo o compromisso e obrigação do Estado brasileiro ao dialogar com as políticas, projetos e outros aspectos colocando-as enquanto protagonistas e não mais invisíveis na sociedade.

O documento elaborado composto de 50 artigos que ressalta a importância da valorização primeira enquanto pessoa humana das pessoas com deficiência, reconhecendo suas diversidades, trazendo problematizações importantes para a sociedade acerca de suas deficiências, especificidades, potencialidades, desenvolvimento humano, intelectual, participação em espaços de decisões políticas, inclusive, trazendo a tona o mote da sexualidade enquanto conscientização acerca das situações referentes à abuso e violência sexual (p.24-33), gozar de direitos e liberdade da pessoa sem distinção de sexualidade, raça e outros motes (p. 89). Ou seja, a sexualidade da pessoa com deficiência é algo falado pelo Estado, porém se faz necessário refletir em que prismas esse mote vem sendo abordado.

Por esse motivo, buscamos trazer reflexões emergidas das discussões da sala de aula entendendo que essa temática, no campo pedagógico, precisa estar presente entendendo as formações dos cidadãos e as formatações que abrangem a sociedade por meio dos currículos, saberes e experiências educativas, apreendendo o espaço educativo como aquele que produz socializa, reproduz conhecimento científico que recai na escola e que “tudo isso implica e produz uma revolução na educação e na pedagogia. A formação do homem segue nos 31 anos

sociais, orienta-se, segundo novos valores, estabelece novos modelos” (CAMBI, 1999, p.198-199). Os ambientes formais de educação precisam acompanhar esse processo que reverbera na sociedade e a escola tem um papel fundamental nesse *locus* discursivo. Por tanto, refleti-la para além de suas características e caracteres institucionalizados se faz fundamental.

Atentando para o sentido e a função da escola enquanto espaço que deve ser inclusiva e que os estudantes com necessidades educacionais especiais têm os mesmos direitos de frequentar e permanecer na escola regular assim como qualquer outro estudante como está postulado na LDB (1996) e em outros documentos a exemplo da Declaração de Salamanca (1994), todos também devem ter direitos aos mesmos conteúdos, aprender e apreender conceitos e contextos que versem sobre sexualidade como parte de sua vida, tendo direito de vivenciá-la dignamente e que sua deficiência não pode ser impeditiva, no âmbito social e escolar, quanto a isso.

Embora seja um tema considerado complexo faz-se imprescindível incentivar a reflexão, principalmente em espaços em que a sexualidade precisa ser percebida para além do ato sexual ou até mesmo um instrumento de procriar e estabelecer desejos sexuais. Essa visão citada, além de cristalizada, é equivocada e precisa ser superada numa abordagem prismática tanto no eixo de ordem escolar quanto social, uma vez que abordar a sexualidade circunda variados elementos, dentre eles a conscientização e a educação sexual, pois ela comporta a compreensão e aproximação dos sujeitos, suas condutas de afetividade e integralidade.

Destarte, precisamos perceber a sexualidade como parte integrante da vida do ser humano, seja ele com algum tipo de deficiência ou não, pois a sexualidade é também uma maneira de dialogar com os corpos, interpelando sentimentos, cuidados, saúde, emoções, desejos, entre outros aspectos.

A escola tem um papel fundamental para a educação da sociedade vigente. É um espaço em que os processos educativos precisam estar atrelados a formação humana e não apenas ao mercado de trabalho. Sob este apontamento compreendemos que tratar da sexualidade enquanto mote integrante do currículo escolar, compreende um processo instrutivo em que a escola deve promover uma relação com o saber, entendendo-a como interação do sujeito com o mundo, com os outros e consigo mesmo (CHARLOT, 2000). E isso também pode ter relação com a formação do docente, pois conforme Miranda,

muito ainda precisa ser feito no que diz respeito a formação inicial de professores e a presença da disciplina Educação Sexual nos currículos de formação, uma vez que essa se apresenta apenas como componente curricular optativo e nem sempre é ofertada (2015, p. 12771).

Neste sentido, se houver a supressão de tais discussões sobre sexualidade durante o curso de formação ou não há formação continuada que colabore para a apropriação do tema, este acaba por ficar no ostracismo no campo educacional, além de ser discutido em sala de aula de forma profícua.

Por isso, tratar de sexualidade de pessoas com deficiência possibilita uma reescrita paradigmática de saberes e discursos que ainda limitam e suprimem a relação com o ensino-aprendizagem para que se (re)aprenda e sejam percebidas outras maneiras de vivências e experiências positivas para que a invisibilidade que acaba por estigmatizar ainda mais esses sujeitos seja transcrita positivamente no cerne da família, da sociedade e, principalmente, no processo educacional.

Metodologia

Para a realização do presente estudo tivemos como recurso metodológico a Revisão de Literatura denominada de Revisão Narrativa, que “[...] não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações” (UNESP, 2015, p. 2). Deste modo, a presente pesquisa incita a importância de se fazer uma Revisão de Narrativa em torno da sexualidade das pessoas com deficiência também no cerne do currículo e do contexto escolar promovendo tal abordagem com todos os seus estudantes, considerando que todos têm os mesmos direitos de acessibilidade aos conteúdos, inclusive o que trata sobre sexualidade.

Buscamos, precipuamente, incentivar e atrair atenção para o tema, uma vez que, concordamos com Bondía (2002) “nomear o que fazemos, em educação ou em qualquer outro lugar, como técnica aplicada, como práxis reflexiva ou como experiência dotada de sentido, não é somente uma questão terminológica” (p. 21). Dessa forma, não existem saberes terminados, mas experienciados e dialogados no cotidiano e em diversos contextos para que seja não apenas ponto de partida, mas parte de um processo de construção de conhecimentos de modo democrático e cidadão para os sujeitos, principalmente, às pessoas com deficiências.

Para realização da pesquisa utilizamos artigos científicos tais como Maia e Aranha (2005), Littig et al (2012), Silva et al (2014), Miranda (2015); Marcondes e Silva (2017) entre outras de fontes do Google Acadêmico, da plataforma Scielo, como também uma consulta ao acervo da biblioteca da UFAL, primeiro realizamos a busca com o descritor sexualidade das pessoas com deficiência e sexualidade das pessoas com deficiência e sua relação com a escola, no acervo da UFAL- Campus do Sertão e em seguida, consultemos acervo de toda a UFAL.

Como mencionado inicialmente, a motivação deste texto emergiu partiu de um trabalho desenvolvido na disciplina de Saberes e Metodologias de Ciências 1, do 7º período do curso de Pedagogia da UFAL-Campus do Sertão, através de um seminário referente aos Temas Transversais dos PCN's para Orientação Sexual. A partir de nossas reflexões, buscamos desenvolver este texto, indagando a seguinte pergunta: Como a sexualidade das pessoas com deficiência vem sendo enfatizada na literatura científica e nos acervos locais? Considerando também que a escola deve trabalhar na perspectiva da inclusão e que deve envolver os estudantes com necessidades educativas especiais nesta discussão, falar de sexualidade na prática pedagógica é importante na formação de professores.

Com isso, a importância da produção da pesquisa sobre o tema permite descortinar e evidenciar o quanto essa discussão não pode ser despercebida dos espaços formais de educação. E que o docente em sala de aula precisa ampliar seus olhares, com suporte formativo e colaborativo de conteúdos curriculares com didáticas e dinâmicas de como este ensino pode ser transmitido.

Resultados

Os resultados da pesquisa apontam para a produção diminuída de artigos que tratam sobre a sexualidade da pessoa com deficiência e sobre como trabalhar a temática na escola com os estudantes com deficiência. Quando pesquisado as produções na área nos acervos da Biblioteca da UFAL-Campus do Sertão nenhum resultado fora encontrado, sendo necessária a ampliação para a buscar no acervo geral da universidade em questão.

Sendo um espaço de educação superior composto de 3 Campi: um na capital alagoana Maceió, o segundo na região do Agreste e a outra no campus Sertão, apenas uma pesquisa científica foi encontrada. Trata-se de uma dissertação de mestrado na área da saúde com o tema: Representações de formandos de enfermagem, medicina e odontologia sobre sexualidade de adolescentes com deficiência, ou seja, apenas um trabalho Científico encontrado, além disso, não se trata da área da educação.

É percebido o quanto o assunto é tímido ainda nas produções acadêmicas tanto na Universidade Federal de Alagoas, quanto na literatura científica em geral, pois quando pesquisado as produções no Google Acadêmico e na plataforma Scielo e alguns autores que escrevem sobre a temática enfatizam tal escassez na literatura, apontando a necessidade de que se haja mais engajamento e avanço nas produções.

Segundo Maia e Aranha,

a literatura vem apontando que, em geral, a sociedade encara a sexualidade da pessoa com deficiência como sendo patológica, isto é, por um lado, a sexualidade é compreendida como angelical, infantil ou até mesmo inexistente; e, por outro, uma sexualidade instintiva, agressiva, animalesca e incontrolável (2005, p. 103).

Assim, percebe o quanto a sociedade ainda é discriminatória e não compreende que a pessoa com deficiência precisa ser percebida em sua humanidade e que é capaz de vivenciar a sexualidade, sentir, estudar e discursar também sobre ela. Não se pode reprimi-las ou entender que é “anormal” que ela possa ter uma vida sexualmente ativa, que possa ter desejos, afetos além disso, tem-se que entender que sexualidade tem um sentido amplo, não se trata somente de sexo, ou relação sexual, mas é para além disso.

Para Maia e Aranha, “a escassez de publicações sobre o tema pode reforçar o mito, injustificado, de que a pessoa com deficiência não tem sentimentos e desejos sexuais ou de que esse desejo é exagerado e incontrolável” (2005, p. 104). Ou seja, a falta de publicações alimenta ainda mais os estereótipos que são criados em torno das pessoas com deficiência, de que estas não devem ter acesso a exercer sua sexualidade no decorrer da vida.

Discussão

A família (principalmente as figuras dos pais, ou responsáveis pela criança) são os primeiros indivíduos a entrarem em contato com a criança e estabelecer relações de trocas de conhecimentos, vivências e aprendizados, estabelecendo relações mais íntimas sobre a forma como tratar de diversos assuntos e, acerca da sexualidade, não é diferente.

Embora seja um assunto ainda considerado tímido para alguns pais, são eles, além da escola, os responsáveis por passar este tipo de informação, tendo em vista a sua importância e não silenciar o assunto quando ele vier interpelado pela vivência das pessoas com deficiências. A relação entre a proteção familiar e conhecimento escolar precisam estar coerentes dialogicamente com a responsabilidade, compromisso social e a promoção da cidadania, uma vez que a escola é responsável também pela percepção e o olhar sobre conceitos e experiências que possibilitem aos sujeitos e, principalmente as pessoas com deficiências, inclusão, respeito, dignidade na sociedade da informação e do conhecimento.

Correlato ao tema da sexualidade das pessoas com deficiências, muitos pais ainda concebem seus filhos como “infantilizados”, “eternas crianças”, como destaca Maia e Aranha (2005); Littig et al (2012) tendo a noção precipitada do senso comum, desconsiderando a possibilidade destes estabelecerem uma vida sexual ativa, que possam se relacionarem,

(85) 3522.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

construírem uma família e que devem estes permanecem sobre sua guarda e proteção, ou seja, que estes indivíduos ficam reduzidos na dinâmica do convívio social, na promoção de sua autonomia, sendo a proteção dialogada negativamente na vida das pessoas com deficiências. Neste sentido, Littig et al (2012) ressalta que os pais poderão ser os favorecedores ou não da integração social de seus filhos com a sociedade e com as relações estabelecidas fora do convívio familiar, pois

a deficiência intelectual deve ser encarada de forma realista e humanizada, tendo-se como pano de fundo a igualdade de direitos e a visibilidade das potencialidades, desejos e vontades de cada um desses sujeitos. No entanto, a cotidianidade não se apresenta desta forma, pois, quando a sexualidade está relacionada à deficiência intelectual ou alguma outra deficiência, a sociedade simplesmente nega a existência desta dimensão subjetiva desses sujeitos (AMOR PAN, 2003 apud ORLANDI; GARCIA, 2017, p.2).

Assim, muitos preconceitos, estigmas surgem ao pela ausência de diálogo sobre a sexualidade das pessoas com deficiência que encaram isso como uma realidade impossível de acontecer, pois a consideram como incapazes de possuírem uma vida sexualmente ativa, seja pela ótica do senso comum como também pela falta de discussão educativa que poderia colaborar para a desnaturalização desses conceitos construídos e reproduzidos que vêm as pessoas com deficiência como frágeis que devem ser mantidos sobre proteção e, muitas vezes, até em isolamento.

De acordo com Silva et al,

Para o público da educação especial falar sobre sexo, em grande medida, é censurado, tanto no convívio familiar como em sala de aula. Ele acaba sendo vinculado a uma suposta ingenuidade ou inocência, não sendo responsável pelos seus atos (SILVA et al, 2014, p.2).

Ou seja, está inculcado na concepção de muitos que falar de sexualidade é impeditiva ou que isto não deveria ser tratado para os Deficientes Intelectuais, o que gera ações excludentes, ignorando este sujeito como ser que tem sentimentos, desejos, vontades e que podem sentir prazer sexual e se relacionar com um parceiro ou parceira seja para formar família ou para experienciar relações em suas diversas configurações afetivas. Por isso, dialogar esse mote oportuniza também uma percepção de sociedade mais inclusiva em que estes mitos precisam ser desmistificados, fazendo-se necessários amplas discussões na sociedade como um todo, seja dentro e/ou fora dos espaços de escolarização.

As crianças e adolescentes que têm alguma deficiência, ao olhar da sociedade, são percebidos, majoritariamente, mais vulneráveis na questão sexual ainda por tabus, falta de conhecimento, vulnerabilidade, abordagem dos pais e da escola, escassez de informações do

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br

seu desenvolvimento físico e social, entre outros. Essa categoria, comumente, é enxergada como assexuadas e sem direito das suas escolhas.

Ainda é perceptível a falta de conhecimento como também a negligência da família em orientar seus entes com deficiência no entendimento de que estes possam ter uma vida sexual. Isso acaba por vulnerabilizá-lo ainda mais por não saber se proteger de pessoas que pode se aproximar com mal intenção, sendo potenciais vítimas de abusos sexuais, gravidez indesejada ou até mesmo adquirir doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

A escola deve propiciar para que as pessoas, com ou sem deficiência, venham a ter acesso a informações sobre o seu corpo e a discutir sobre estigmas acerca da sexualidade, sendo este um argumento concreto sobre a importância da desta discussão temática na escola.

E a sociedade precisa entender que os indivíduos com ou sem deficiência têm vida e vontades individuais e singulares e precisam sim conversar, ter acesso a informações sobre sexo e sexualidade para que possam entender o desenvolvimento do seu corpo. A escola nesse processo precisa entrar com seus contributos para que isso aconteça efetivamente. De modo que podemos constar no PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) nos temas transversais orientação sexual, que

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (BRASIL, 1997).

Esse processo de intervenção tem que ser levado em conta a conscientização das pessoas ao olhar preconceituoso sobre a sexualidade do deficiente, que precisa ser respeitado como um ser de vontades, que precisa si reconhecer e ser. Juntamente com a família, a escola torna-se o local também propício para essa aprendizagem, transformar e (des)construir discussões para que a educação sexual seja um mote reconhecido de conhecimento também curricular.

Em relação ao ensino sobre sexualidade, Marcondes e Silva, ressaltam que

a área de ensino de ciências deve ampliar a discussão sobre o ensino de sexualidade, associando-a a fatores sociais, culturais, psicológicos e históricos, indo além das questões biológicas, para todos os adolescentes independentemente de sua condição cognitiva/intelectual (MARCONDES; SILVA, 2017, p.7).

É importante o docente na sua prática pedagógica com relação ao ensino de Ciências, ir além da discussão biológica do que significa sexualidade e transitar pelo contexto histórico, social, cultural entre outros, fornecendo informações aos estudantes com ou sem deficiência e que estes fiquem cientes das questões que permeiam a temática, com vista a princípios educativos, de aprendizagens, estereótipos e estigmas vem sendo lançados em torno da sexualidade para que todos possam ter direitos e oportunidades de acesso a esta abordagem, gerando reflexões coletivas para a promoção da cidadania.

Como emergiu do contexto de uma aula sobre o ensino de Ciências, ressaltamos sua importância nesta pesquisa desta disciplina para a discussão da abordagem da sexualidade das pessoas com ou sem deficiência, no entanto esta é uma discussão que está para além de uma disciplina curricular, ampliando interdisciplinarmente em outras áreas de conhecimentos com vista a uma educação de fato inclusiva para todos.

Dessa forma, faz-se necessário reiterar que a disciplina de Saberes e Metodologias Do Ensino de Ciências 1 enquanto parte do currículo acadêmico do curso de Pedagogia da UFAL-Campus Sertão fez suscitar nossos olhares e refletir dialogicamente sobre a importância de se debater sobre a sexualidade das pessoas com deficiência no percurso formativo de futuros (as) professores(as).

A partir de uma explanação sobre os Temas Transversais dos PCNs, vimos que foi uma âncora fundamental para o processo formativo docente, uma vez que a disciplina estudada fez com que observássemos nossa formação problematizando-a enquanto compromisso formativo e social sobre a sexualidade de pessoas com deficiência para assim ampliarmos nossos horizontes com relação a nosso processo de formação.

Isto posto, a escola tem o papel de formar indivíduos para a cidadania, para a vida em sociedade, para o mercado de trabalho. Enfim, ela vem com a missão de formação de indivíduos com finalidades específicas, de promoção à educação formal. Tendo em vista a igualdade de direitos, cabem a todos os indivíduos terem oportunidade de frequentá-la e ter acesso a formação que ela oferece.

E considerando que falar sobre sexualidade é um tema social que abarca a sociedade, que faz parte da formação do indivíduo enquanto processo de desenvolvimento do seu corpo, dos seus sentimentos, a escola não poderia se eximir dessa função para questionar sobre o tema sexualidade, para indagar aspectos como: será que uma pessoa com deficiência não teria o direito de ter vida sexual ativa e seu direito para conviver normalmente igual a qualquer outra pessoa tida como “normal”? De onde vem e por quê ainda são reproduzidos esses tabus de uma sociedade preconceituosa para com a vida sexual de pessoas com deficiências? Será

que os professores/as estão preparados para orientar os alunos quando houver questionamentos do tipo de relação sexual? E, se esses questionamentos virem de uma pessoa com deficiência como o professor/a deve lidar com essa situação?

Por esse motivo, a formação de professores é um campo de fundamental importância para que assim o professor/a possa aprender e apreender a dialogar com essas e outras situações tidas como complexas, mas que integram a sociedade e o professor, enquanto resultante do processo de graduação deve entender a formação para além de seu aspecto inicial esta deve ser continuada em seus variados eixos temáticos que envolva não só a didática e metodologia, mas aspectos epistemológicos do currículo escolar.

Segundo Maia et al “[...] muitos comportamentos de estudantes com deficiência considerados inadequados pelos/as educadores/as ocorrem por falta de educação. Essa percepção alimenta preconceitos e a omissão acaba reproduzindo um ciclo de dificuldades” (2014, p.149). De fato, essa é uma visão distorcida que pode ser desconstruída processualmente para ampliar o *locus* discursivo acerca da formação de professores, pois a comunidade escolar precisa ter contato com esse tipo de temática compreendendo-a enquanto direito da pessoa humana.

Maia et al (2014) embasados em outros autores destacam que há a necessidade de que seja abordada na formação dos professores assuntos ligados a sexualidade e educação sexual das pessoas com deficiência, no entanto ressalta que a grade curricular dos cursos não aborda tal abordagem, necessitando este ter uma formação complementar que o capacite, para vivenciar estas situações no âmbito da sala de aula, e não reproduza situações preconceituosas e /ou equivocadas ao se abordar o assunto. Assim, o professor vem a ser percebido como mediador das relações, inferindo no contexto diverso nas situações que surgirem diante das manifestações sexuais desenvolvidas no ambiente escolar, inferindo positiva e dialogicamente, seja do estudante com ou sem deficiência.

Percebemos o quão se faz necessário estas discussões durante a formação inicial de professores, para que estes possam construir-se e constituírem-se como profissionais, refletindo sobre seu papel enquanto docentes de maneira processual e não acabada. Salientamos que estas discussões devem vigorar para além dos espaços da sala de aula tanto em espaços formais e informais de educação, compreendendo o papel fundamental da formação docente e a promoção da educação para além da perspectiva do mercado de trabalho, mas para a inclusão, cidadania e compromisso social.

Conclusões

A literatura educacional precisa cada vez mais ampliar seus leques de discussões sobre processos de inclusão social dos indivíduos na sociedade. Discutir a temática da sexualidade faz-se necessário em todos os espaços da sociedade, pois esta é parte inerente da vida humana. Neste sentido, ressaltamos a necessidade de desmistificação dos preconceitos construídos no seio da sociedade em torno das pessoas com deficiência, que embora já reconhecidos os seus direitos e deveres perante legislações e documentos legais, ainda são estigmatizadas em muitas situações.

A escola é de suma importância para a superação de barreiras que são impostas aos indivíduos em situação de exclusão, e a formação docente aliada a sua prática pedagógica são pontos cruciais para a formação de outros seres que eles acabam formando. Assim, é necessário que os docentes rompam os rótulos e estereótipos na construção de uma educação que se faça inclusiva, que reconheça e respeitem as diferenças, com vista a valorização e potencialidade de cada indivíduo.

Referências

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, n.19, pp.20-28.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**/ secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant et al. **Sexualidade na Deficiência Intelectual: uma Análise das Percepções de Mães de Adolescentes Especiais**, Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 3, Jul.-Set., 2012, p. 469-486.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar**, *Interação em Psicologia*, 2005, 9(1), p. 103-116.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi et al. **Educação para a sexualidade na formação de professores/as na modalidade de ensino a distância: a utilização de um objeto educacional**, *EXEDRA Revista Científica ESEC*, 2014, p.147-158.

MARCONDES, Tatiana; SILVA; José Alves da. **O Ensino de Ciências na Educação Inclusiva: O Caso da Sexualidade para Adolescentes com Deficiência Intelectual**. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017, p.1-9.

MIRANDA, Joseval dos Reis. **A Educação Sexual como Disciplina no Currículo da Formação Inicial de Professores: Caminhos, Conquistas e Desafios**. EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 26 a 29 de Outubro de 2015, ISSN 2176-1396, p. 12761- 12775.

ORLANDI, Renata; GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Educação Sexual e Deficiência Intelectual: Desafios Educacionais na Efetivação dos Direitos Sexuais**. 10º Encontro Internacional de Formação de Professores, 11º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional, 2017, p.1-13.

PLETSCH, Márcia Denise. **Sexualidade e a Pessoa Com Deficiência Intelectual: Direitos e Escolhas Socialmente Construídos**, I Seminário Internacional de Inclusão Escolar: Práticas em Diálogo, Universidade do estado do Rio de Janeiro-Cap-UERJ, 21 a 23 de outubro de 2014, p.1-8.

SILVA, Debora Martins et al. **TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA**. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acessado em 02 de agosto de 2018, p.1-9.